
006ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 19JUN2017

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa noite. Na presença do Ver. Cassio Trogildo, Presidente desta Audiência Pública, passamos à leitura do Edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o PLE nº 002/17 - Processo nº 1305/17 - que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 9.870, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre a política salarial dos servidores da administração centralizada, das autarquias e fundação municipais, e o PLCE nº 004/17 - Processo nº 1311/17 –, que inclui a al. *d* no inc. I do art. 2º da Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do regime próprio de previdência social dos servidores públicos do município de porto alegre. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 19 de junho de 2017, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha, da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, 2º andar, nesta Capital, com o objetivo de debater os projetos acima referidos. Gabinete da Presidência, 23 de maio de 2017. Vereador Cassio Trogildo, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda; Sr. José Alfredo Parode, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão; Sr. Adolto Rohr, representante do Simpa; e Sr. Sérgio Brum, representante da Astec.

Prestigiam ainda esta Audiência Pública os Vereadores Cláudio Janta, André Carús, Valter Nagelstein, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Cassiá Carpes, Marcelo Sgarbossa, Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga.

O Ver. Cassio Trogildo, Presidente desta Audiência Pública, está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Boa noite a todos e a todas, saudando o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Leonardo Busatto; o Sr. José Alfredo Parode, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão; o Sr. Adolto Rohr, representante do

Simpa; e o Sr. Sérgio Brum, representante da Astec. Saúdo a todos que comparecem neste plenário da Câmara Municipal nesta noite, com a presença dos Vereadores Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Roberto Robaina, Marcelo Sgarbossa e todos que nos acompanham nesta noite. Esta Audiência Pública, inicialmente, foi convocada por solicitação da bancada do PMDB, para a discussão de dois Projetos de Lei, mas um deles, o Projeto de Lei nº 002/17, encontra-se arquivado. Então, fizemos um ajuste aqui na Mesa para tratarmos do Projeto de Lei que ainda está tramitando, que é o Projeto de Lei nº 004/17. Inicialmente, teremos dez minutos para a fala dos Secretários, e mais dez minutos para as entidades; serão dez inscrições de plenário, de cinco minutos cada uma. E os Vereadores presentes, intercaladamente a estas inscrições, falarão. Então, teremos, inicialmente, a manifestação dos dois Secretários.

O Sr. Leonardo Busatto, Secretário Municipal da Fazenda, está com a palavra.

O SR. LEONARDO BUSATTO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero saudar a presença de todos nesta noite de segunda-feira, para discutir este tema tão importante, o Projeto de Lei nº 04, que trata da elevação da alíquota previdenciária. Como o nosso tempo é curto, de imediato vou apresentar alguns argumentos, fazer uma apresentação geral sobre este projeto de lei e os motivos para a Câmara de Vereadores. Este projeto está dentro de um escopo que temos apresentado, que é um plano de recuperação de equilíbrio financeiro da cidade de Porto Alegre, plano de ajuste das contas de Porto Alegre. Vou passar alguns argumentos e algumas informações aos Srs. Vereadores.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. LEONARDO BUSATTO: Primeiramente, o projeto trata do aumento da alíquota previdenciária do servidor público, de 11 para 14%, cujos objetivos são preservar o equilíbrio financeiro das contas públicas municipais - todos sabem que a situação é muito difícil -, e reduzir o déficit financeiro da Previdência, sobretudo no regime de repartição simples. Temos que entender que há dois regimes de previdência municipal: a previdência municipal de repartição simples e o regime capitalizado que também possui

um déficit; ou seja, existe um déficit atuarial no regime capitalizado, atualmente, de R\$ 496,5 milhões. Primeiramente, temos que entender o histórico do Previmpa, o que acho importante para os Vereadores! Até dia 10 de setembro de 2001, existia só um regime: regime de repartição simples, em que os servidores da ativa pagavam as aposentadorias dos que se aposentavam e os pensionistas. Todos os servidores que ingressaram na Prefeitura até 10 de setembro de 2001 compõem este regime: regime de repartição simples, um regime solidário, os ativos pagam as aposentadorias e os pensionistas. Os servidores que ingressarem após 10 de setembro de 2001 passaram a compor o regime capitalizado. E em 26 de setembro de 2002, foi criado o Previmpa, que é a autarquia que cuida da previdência dos servidores.

Então, não podemos misturar os regimes. É importante sempre ter claro que cada regime tem seu funcionamento. Um é o regime dos servidores da ativa que paga a aposentadoria e pensão daqueles que já estão aposentados – que é o regime de repartição simples; e o regime capitalizado que é como uma poupança agregada, ou seja, todos os servidores fazem uma grande poupança para pagar a própria aposentadoria no futuro. Uma questão importante: no regime de repartição simples hoje, para ser um regime sustentável, tem que ter três servidores ativos para cada inativo. Hoje, a Prefeitura de Porto Alegre já paga, para cada dois servidores ativos, três inativos. E, como vamos demonstrar aqui, esta relação é cada vez pior. Aqui mostra o número de servidores, ou seja, temos 9.134 servidores ativos para mais ou menos 14 mil servidores inativos e pensionistas. Esse é o retrato, ou seja, hoje tenho dois servidores ativos para custear três aposentados. Obviamente que a diferença para custear esta relação sai dos cofres municipais, dos tributos que todos os porto-alegrenses pagam que, dentro da repartição do orçamento público, vai para pagar aposentados e pensionistas do Previmpa. Uma questão importante: em 2016, na relação de recursos da Prefeitura versus recursos do servidor, a Prefeitura aportou R\$ 924 milhões em um ano, pelo regime de repartição simples, e os servidores, 138 - nove para um, a Prefeitura botou a cada nove e os servidores botaram um. Em 2025, em que nós vamos atingir o ápice, nós vamos ter R\$ 1 bilhão 745 milhões de aporte da Prefeitura contra R\$ 111 milhões dos servidores. É lógico, como nenhum servidor novo da Prefeitura entra para esse regime, vai todo para o capitalizado, os servidores vão se aposentando e se terão cada vez menos recursos dos servidores e cada vez mais pessoas aposentadas e pensionistas. Em 2025, que está logo ali, a relação

vai ser de 17 para um, os tributos municipais vão ter que custear 17 vezes o aporte que o servidor coloca. Então, o cenário é obviamente insustentável, porque esses R\$ 1,7 bilhão vão ter que sair do orçamento público e vão deixar de ir para outras destinações, como pagar aposentadorias e pensões dos servidores. Então, quase vai dobrar o aporte da Prefeitura, um dinheiro que obviamente poderia ser utilizado em outra destinação.

Aqui é o impacto desse aumento. Hoje, um exemplo para 2018, os servidores contribuiriam com R\$ 148 milhões; com o impacto do aumento da alíquota, os servidores irão contribuir para o regime, como um todo, em R\$ 181 milhões. Para cada servidor que ganha R\$ 1 mil, aumentaria em R\$ 30,00 de contribuição para custear, no regime solidário, aqueles colegas servidores que hoje estão aposentados e são pensionistas. Então, são R\$ 30,00 a mais para aquele servidor que ganha R\$ 1 mil para ajudar a custear - e não estamos aqui para aumentar o custeio de despesas para outras áreas - a aposentadoria dos próprios servidores, bem como é o regime previdenciário solidário, em que os ativos pagam para os inativos.

Uma questão aqui importante. A situação do regime capitalizado: são 30 ativos para um inativo. O regime capitalizado é uma solução muito importante, porém a migração de um regime para o outro é dolorosa. Por que ela é dolorosa? Porque aqueles servidores que deveriam ajudar a contribuir para pagar os aposentados e pensionistas, a partir da data de corte, que foi lá em 10 de setembro de 2001, eles passaram a fazer uma grande poupança, e essa grande poupança hoje tem mais de R\$ 1,5 bilhão, que é justamente para pagar as aposentadorias desses mesmos funcionários que hoje, na relação de 39 para um, são servidores ativos. Muitos Estados e Municípios fizeram uma coisa que Porto Alegre não vai fazer e não vai propor, que é pegar esse dinheiro que está lá para garantir a aposentadoria dos servidores do futuro e pagar as aposentadorias de hoje. Muitos Estados e Municípios fizeram isso. Se tem R\$ 1,5 bilhão depositado lá, por que não pegam isso para pagar as aposentadorias de hoje ou para fazer investimentos? Porque é para pagar justamente os servidores do futuro, é responsabilidade. Nós não estamos propondo isso.

Mesmo nessa relação de 39 para 1, como foi demonstrada, os colegas do Conselho de Administração já conhecem o cálculo atuarial, existe um déficit atuarial de R\$ 497 milhões. O que é déficit atuarial? Eu pego todas as receitas futuras e as despesas futuras

desse regime, trago para valor presente - pego receita menos despesa -, e teria que ser zero a zero. Infelizmente, as receitas são menores que as despesas - R\$ 497 milhões.

O regime capitalizado em 2044 vai começar a ser deficitário. Não é o Governo que está dizendo, é o cálculo previdenciário feito pelos próprios servidores do Previmpa. Ou seja, em 2044, o regime não será mais superavitário, começará a ser deficitário se não for feito nada.

Aqui o déficit atuarial, conforme falei do regime capitalizado, que até 2011 era razoavelmente equilibrado, mas que desde 2012 o déficit começou a aparecer. Hoje, quem aporta essa diferença de R\$ 497 milhões, mais ou menos R\$ 30 milhões por ano, é a Prefeitura – a Prefeitura com recursos próprios de tributos estaduais, federais e municipais, para cobrir esse déficit. Esse déficit é pago com recursos da Prefeitura.

O Estado do Rio de Janeiro elevou a sua alíquota para 14%. “Ah, mas o Estado do Rio de Janeiro está quebrado!” Mas Santa Catarina não está quebrada, e elevou para 14%. O Estado do Rio Grande do Sul era 11%; O Governo Tarso, em 2011, propôs, Ver.^a Sofia, Ver. Marcelo Sgarbossa, o aumento para 14,5%. O Judiciário considerou confiscatório esse aumento, foi feito de uma vez só, aprovado pela Assembleia Legislativa, proposto pelo Governador Tarso. Como a Justiça derrubou esse aumento, foi proposto em 2012, para 13,25%, e não porque o Governador Tarso, na época, não quisesse aumentar para 14,5%, é porque o Judiciário considerava, na época, acima de 13,25%, confiscatório. Agora, Vereadores, o Governador do PMDB, com apoio de diversos partidos da base, aumentou para 14%. Ou seja, é uma tendência nacional o aumento dessa alíquota, que, em Porto Alegre, em 2001, era 4,75%; aumentando de 2001 a 2004, para 6,75%; de 2004 a 2005, aumentou para 9%; em 2005, aumentou para 10%; de 2005 a 2017, foi para 11%; e a nossa proposta é de 14%. Ou seja, os servidores não contribuía durante a sua vida funcional, até 2001, com nada. Passou a ser 4,75%, passou a 6,75%, que obviamente qualquer matemática básica ...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Secretário, vou lhe pedir só um segundo. Fechou os 11 minutos, mas há acordo da Mesa para mais 4 minutos, então, fechará em 15 minutos. As entidades também terão 15 minutos.

O SR. LEONARDO BUSATTO: Então, quero reforçar que Porto Alegre não está apartada do Brasil, Porto Alegre não é uma ilha. Porto Alegre tem as mesmas dificuldades, aliás, tem muito mais dificuldades que, por exemplo, o Estado de Santa Catarina. Praticamente todos os partidos aqui representados, quando estiveram no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, propuseram aumentos até maiores, e de uma vez só. Será que todos os partidos estão errados?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LEONARDO BUSATTO: Quase todos, é verdade. Talvez alguns que não estivessem na época, mas, dos que foram Governo do Estado, todos eles, de alguma maneira, propuseram, inclusive, aumentos maiores, como o Governo Tarso propôs, de 11% para 14,5%. Então, demonstramos que Porto Alegre não está descolada dessa realidade. O Estado de Santa Catarina está infinitamente melhor nas suas finanças, mas sabe que a alíquota de 14% é aquilo que, inclusive, a Justiça aceita que não é confiscatório. Não tem como alegar que é confiscatório, por quê? Porque sabe que esse dinheiro é para custear as próprias aposentadorias dos servidores, tanto no regime de repartição simples quanto no regime capitalizado.

Uma questão que será colocada aqui, que é o parecer do Conselho de Administração do Previmpa. Cabe reforçar que a Presidente do Conselho de Administração é colega dos servidores que estão aqui, colega, inclusive, do nosso representante; ela é Diretora-Geral do Simpa. Obviamente existe uma tendência de o Conselho de Administração não querer aumentar porque é um representante sindical. O Conselho de Administração, na sua última reunião, adiou a votação de uma minuta do projeto de lei que visa combater as fraudes no recebimento de pensões. O próprio parecer do Conselho de Administração reconhece o déficit atuarial de R\$ 496 milhões. Se existe o déficit, é porque o sistema não está equilibrado. A política remuneratória da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, nos últimos dez anos, agravou substancialmente o regime, concedendo gratificações por lotação, por cargo; também, os aumentos de padrão de remuneração e reestruturação das carreiras dos servidores públicos municipais ajudaram a agravar o problema. Muitas gratificações foram dadas para servidores na aposentadoria, que não contribuíram sobre essa gratificação; ou seja, eu dei uma gratificação para o servidor, que incidiu na

aposentadoria dele, mas que para a qual ele não contribuiu. Não precisa ser muito bom em matemática para entender que, se eu não contribuí para uma base menor e ganhar mais, obviamente eu não fiz poupança para receber esse valor. Acho que essas são algumas questões relevantes.

Por fim, quanto ao impacto. Os Vereadores podem questionar. Para o regime de repartição simples, isso reduziria o déficit, no primeiro ano de aprovação do projeto, em R\$ 34 milhões; o segundo, 33; o terceiro, 31. Obviamente, por que vai diminuído? Porque os servidores vão se aposentando, e vai diminuindo a contribuição dos servidores. Para o regime capitalizado, reduziria o déficit atuarial em R\$ 2,5 milhões. Ou seja, nós estamos chamando os próprios servidores públicos - eu sou servidor público, inclusive, e o Secretário Parode, e a nossa alíquota é de 14% no Estado - para contribuir, para pagar as suas próprias aposentadorias.

Então, colocando todos esses dados, olhando para o resto do Brasil, fora de Porto Alegre, isso é fato; não é só uma tendência nacional, mas uma necessidade. Por quê? Nos próximos oito anos, o déficit do regime simples passará de 924 milhões para R\$ 1,7 bilhão. Em algum aspecto, a gente tem certeza de que os servidores compreendem e vão contribuir. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Adelto Rohr, representante do Simpa, está com a palavra.

O SR. ADELTO ROHR: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Esta discussão é muito importante, e várias atividades já foram realizadas. Nós esperamos poder contribuir para que sejam esclarecidas algumas situações. Vou pontuar algumas das questões que o Secretário falou agora. Primeiro, informo o Secretário de que, até 2001, nós contribuíamos com 4,75% do nosso salário para o Montepio, e era recurso que deveria ir para as pensões. Isso deixou de ser contribuído para o Montepio quando da criação do Previmpa, e, a partir dali, por objeto de lei, instituiu-se a contribuição para a previdência, para o Previmpa nos dois regimes: o capitalizado e o regime de repartição simples, que é o regime do fluxo de caixa. Então, só para pontuar os dados. Para os servidores ativos sempre ficará de 11% a parcela de contribuição, e o restante para o Governo; uma parte, que é a parte patronal, é de contribuição de Governo, e a outra é o

aporte, porque não se guardou dinheiro para que se fizesse o que está sendo feito para o Previmpa hoje. Não foram guardados recursos para se pagar as aposentadorias. A Prefeitura, ao longo da sua vida, como a grande parte dos órgãos públicos municipais e estaduais, fez isso: nunca se preocupou com a previdência, jogou lá para o caixa do governo abarcar com isso. Em algum momento, obviamente, vai se criar algum tipo de dificuldade, como foi apontado aqui pelo Secretário.

Por que o Simpa se posiciona de forma contrária a essa alíquota? Porque nós entendemos que ela é, sim, um confisco do salário. E, quando nós fizemos a disputa com o projeto de lei que previa o parcelamento dos nossos salários, era exatamente por isso, porque os 9% de reajuste da reposição da inflação, que nós tivemos no ano passado, subiriam este ano por conta desses 3% da contribuição da previdência e mais os 4,8% do IPCA, que estava previsto não receber, que o Governo disse que não vai nos pagar. E estamos ainda com a mesa de negociação aberta para isso.

O que quero pontuar para mostrar o que nós temos dos dados? Nós não podemos tratar a previdência como fluxo de caixa para este momento. Por quê? O impacto do que está sendo proposto – e o Secretário falou aqui – é muito pequeno perto do que ele está sendo dado. Ele é menos da metade do que o aporte mensal que a Prefeitura faz para pagar as aposentadorias; ele é menos de 5% do que seria o aporte anual da Prefeitura para pagar a Previdência, é próximo de 1,6% do aporte anual que o Prefeito apontou aqui na Exposição de Motivos do projeto. Ele é praticamente insignificante para o orçamento da Prefeitura, mas esses 3% são altamente impactantes no salário dos servidores. Cabe esclarecer aqui que os servidores do Município trabalham e recebem o seu salário só do Município, eles não têm nenhuma outra fonte de renda, salvo professor que pode acumular dois cargos para ter o seu salário. Isso num primeiro momento. Também quero lembrar sobre a previsão do orçamento esse ano, esse impacto dos R\$ 32 milhões, o Secretário falou em R\$ 34 milhões, lá para o ano que vem, para o primeiro ano... Porque esse ano não vai ter nenhum impacto, é só 0,5% da receita prevista, ou seja, quase nada para ser um impacto muito grande para os servidores. E por conta disso, nós nos manifestamos de forma contrária a que se faça isso. Nós entendemos que devem ser tomadas outras medidas que, de fato, vão incidir para que o Município tenha recursos para que possa suportar esse período difícil. Secretário, não dá para a gente fazer comparação com outros Estados ou com outros Municípios sem levar em consideração e

pág. 8

colocar quais os impactos do que os Municípios têm de dívidas. O comprometimento de dívida do Estado é de 120% da sua receita - e já foi dito por vários Secretários aqui na Câmara de Vereadores -, no Estado nós temos um problema estrutural de dívidas. A nossa dívida do Município hoje está em 21%. Então é uma dívida conjuntural administrável e tem saídas para isso. O que nós temos que fazer? Até agora, o Governo apresentou para os servidores e para a Cidade somente cortes na receita. Não tenho visto que tenha vindo aqui para a Câmara ou que o Governo tenha proposto algum incremento de receita. Nós temos que começar a falar, por exemplo, na atualização da planta de valores do IPTU. Só isso, dados estimados de colegas que passaram para nós, de aproximadamente R\$ 180 e R\$ 200 milhões, num elemento só importante, além dos outros que podem ser computados como Refis e outros. As dívidas que estão sendo apontadas são de longo prazo, não são de curto prazo. É isso que nós estamos apontado, e dessa forma que estamos pontuando aqui, enquanto servidores, nós não topamos contribuir com essa parcela porque essa conta não é dos servidores, ela é do ente público. Nós não podemos arcar com o percentual maior do que qualquer outro para que a gente tenha uma fonte de recursos tão pequena para a Prefeitura fazer frente para o que está previsto para este ano e para os próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Sérgio Brum, representante da Astec, está com a palavra.

O SR. SÉRGIO BRUM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É importante que se coloque uma ótica qualitativa nessa discussão de aumento de alíquota previdenciária. O Secretário colocou bem a data de 2001 como um marco em que se criou, eu diria assim, o regime de capitalização para os novos funcionários. Porque para aqueles que estavam no Município até 2001, a obrigação assumida de suas aposentadorias era do Município, a regra era essa. Você trabalha 35 anos para o Município de Porto Alegre, quando chegar à época da aposentadoria, os cofres do Município irão pagar a sua aposentadoria – essa era a regra. Quando os funcionários que já estavam no Município em 2001 concordaram, e concordaram de maneira forçada, em fazer a contribuição de 11%, de uma maneira qualitativa nós entendemos que eles passaram a ajudar - com 11% dos seus salários - o Município a pagar uma conta que era

do Município, que era do povo de Porto Alegre. Foi isso que aconteceu. O dever de pagar essa conta não era, de maneira alguma, dos servidores; era do povo de Porto Alegre, era da Prefeitura... (Problemas técnicos no som.) (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O senhor tem mais cinco minutos ainda. Nós vamos trocar o microfone, porque este deve estar com problema de bateria. (Pausa.)

O SR. SÉRGIO BRUM: Eu estava dizendo que esta conta é do povo de Porto Alegre, é da Prefeitura de Porto Alegre, e não dos servidores que ingressaram até 2001. (Palmas.) É isso que os Srs. Vereadores, que os Srs. Secretários e que o nosso Prefeito têm que entender. A partir de 2001, os servidores fazem a sua contribuição; o Governo, como patrão, faz a sua, e está tudo muito bem equilibrado. O regime de capitalização vai ser capaz e é capaz de pagar as aposentadorias daqueles que ingressaram depois de 2001. Agora, o Prefeito resolve buscar trinta e poucos milhões no bolso dos servidores para pagar outras contas! Se a Prefeitura não guardou o dinheiro daqueles que ingressaram até 2001, deveria tê-lo feito. O que a Prefeitura fez, lá dos anos 1950 até 2001, ou antes, com esse dinheiro? Ela aplicou esse dinheiro em obras em Porto Alegre, em serviços em Porto Alegre. Ora, se eu aplico em serviços, aplico em obras, eu deveria pagar o juro desse dinheiro que não era da Prefeitura de Porto Alegre, era dos seus servidores. Deveria ter sido capitalizado lá. Eu me aposentei em 2011, se no dia da minha aposentadoria tivesse a Prefeitura me entregue o valor correspondente a 33% dos salários que eu percebi durante a minha vida funcional, tenham a certeza, os senhores, os colegas, os Vereadores desta Mesa, que eu teria dinheiro suficiente para viver com meu último salário, mesmo se morresse aos cem anos. Bastaria para isso continuar gastando o valor do meu último salário todos os meses e capitalizando o saldo. Viveria 100 anos e deixaria herança. Agora, não pode o Prefeito querer que eu contribua para pagar a minha própria aposentadoria. A dívida não é minha. Por que o Município não capitalizou esse dinheiro? Se ele tivesse capitalizado esse dinheiro, ele teria para pagar, assim como a capitalização vai ter para pagar o futuro. É justo cobrar de nós, servidores, a dívida que é da Prefeitura? Srs. Vereadores, isso é uma injustiça! Está se criando artifícios – e ouvi há pouco o Secretário falar desses artifícios – para jogar sobre o servidor essa dívida. O Secretário inclusive comentou da época do antigo Montepio. Secretário, sou mais velho

que o senhor e contribuí durante 28 anos para o Montepio. Qual era a finalidade da contribuição de 4.75% ao mês para o Montepio? Era a integralização das pensões daqueles servidores falecidos. Somente para isso. Porque a Lei Orgânica da época dizia que a pensão da viúva do servidor era o salário dele da data em que tinha falecido, sem correção. Criou-se o Montepio para isso: vamos atualizar as pensões. Quando o Montepio faleceu, o Montepio estava pagando na ordem de 60% do salário atualizado do servidor para sua viúva. Era para isso que funcionava o Montepio, e não para fazer previdência ou pagar a aposentadoria. Quem teria que ter guardado o dinheiro da aposentadoria era o Governo Municipal. Se não guardou - e vou me repetir agora -, se investiu em obras, se investiu em serviços para a população de Porto Alegre, tem que buscar agora, junto à população de Porto Alegre o financiamento desta conta, e não junto aos servidores. Srs. Vereadores aqui presentes, eu rogo pelo sentido de justiça dos senhores para que, na votação desta matéria, rejeitem-na, façam o Governo retirar este projeto, porque este projeto é um artifício criado pelo Governo Marchezan para meter a mão no bolso dos servidores. Agradeço o espaço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passaremos para as inscrições do plenário, que alternaremos com os Vereadores inscritos. O Sr. João Ezequiel Mendonça da Silva está com a palavra.

O SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Boa noite, Sr. Presidente; boa noite colegas representantes da categoria; representantes do Governo; Vereadoras e Vereadores presentes; e aos nossos colegas que vieram aqui, numa noite fria, participar e entender um pouco melhor o que está acontecendo na cidade de Porto Alegre. Entender um pouco melhor o que é essa mudança na alíquota, no desconto da nossa previdência. Mas, inicialmente, é importante dizer aqui, na presença dos representantes do Governo que, nesses seis meses, neste primeiro semestre da Prefeitura com o Prefeito Marchezan, nós, servidores, temos passado, diuturna e diariamente, uma angústia nos nossos setores de trabalho por conta de um terrorismo permanente do Prefeito Marchezan aos municipais. É diariamente que esse Prefeito vem ameaçando com o parcelamento do salário; que vem ameaçando atraso de salários; que vem ameaçando com projetos, inclusive, com o corte de gratificações, de salários. E queremos dizer,

Secretários aqui presentes, que, nós, como servidores públicos municipais, exigimos respeito. Respeito nas redes sociais, respeito nas Mesas de negociação junto com os nossos representantes, porque nós sabemos que o tratamento - inclusive aos diretores do Simpa, que vão lá se reunir na Prefeitura - é do maior desrespeito por parte do Prefeito Marchezan. Sobre esse aumento na alíquota do Previmpa, alíquota previdenciária dos municipais de Porto Alegre, o que queremos dizer aqui é o seguinte: por um lado, o Prefeito se recusa a cumprir a lei e nos pagar a reposição salarial - vejam bem, não é aumento salarial -, ele se recusa a nos dar a reposição inflacionária; por outro lado, ele vem com este projeto do Previmpa para aumentar nossa alíquota de 11% para 14%. Na prática, colegas, o que o Marchezan quer fazer é diminuir (Problemas técnicos no som.). Quer passar de 11% para 14% o nosso desconto do Previmpa e não quer pagar a reposição inflacionária. Na prática, o que significa? Nós teremos uma redução salarial, na remuneração integral, de 3% este ano. Essa é a proposta do Marchezan. Foi dito aqui pelo Secretário, que nós não contribuimos até 2001. Gente, isso não é verdade. Desculpe, Secretário, eu sou obrigado a dizer aqui que não é verdade. Nós sempre contribuimos com a nossa previdência, só que antes não era o Previmpa. Como muito bem colocaram aqui os colegas, era uma contribuição que a gente fazia que ia para os cofres da Prefeitura e essa, sim, por força da lei, ficava responsável de pagar os servidores que se aposentavam. Como bem colocaram os colegas, a Prefeitura deveria ter feito o seu caixa e não colocar no caixa único e usar o nosso dinheiro para outras demandas. Aquele dinheiro com o qual nós contribuimos era para pagar a aposentadoria. Agora nos apresentam um déficit que, aliás, é contestado por membros do próprio Previmpa. O conselho do Previmpa não assina embaixo desse déficit; ao contrário, o conselho afirma que não há esse déficit. Gente, para concluir aqui, que o tempo está se esgotando, o que nós estamos vendo em Porto Alegre, Ver.^a Fernanda Melchionna, é uma política de ataque aos servidores, é uma política de dizer que os servidores são vagabundos, como tem dito, sim, o Prefeito Marchezan, inclusive, nas redes sociais e na imprensa. É uma política de colocar a conta, que não foi feita por nós, nas nossas costas. E eu quero aqui concluir, Presidente, dizendo que não se faz política para Porto Alegre sem os servidores de Porto Alegre. (Palmas.) Nós é que garantimos os serviços públicos nesta Cidade e, portanto, Srs. Secretários e Prefeito Marchezan... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado. A Sra. Luciane Pereira da Silva, do Conselho de Administração do Previmpa, está com a palavra.

A SRA. LUCIANE PEREIRA DA SILVA: Boa noite, Vereador-Presidente Cassio Trogildo, boa noite Secretários da Fazenda, da Administração, boa noite colegas do Sindicato e da Astec, Vereadores presentes, colegas municipais. Primeiro eu gostaria de repetir a palavra com que o colega João Ezequiel terminou sua fala: respeito. Respeito ao Previmpa, respeito ao Conselho de Administração do Previmpa. O que foi dito aqui pelo Secretário muito me assusta. O Conselho de Administração do Previmpa é formado por servidores eleitos e por servidores indicados pelo ente. O Previmpa tem sido gerido de forma idônea e transparente, houve uma eleição e eu fui eleita Presidente do Conselho de Administração do Previmpa de forma legal, transparente, e fui eleita Diretora-Geral do Sindicato dos Municipais da mesma forma. Então, não existe ilegalidade nenhuma, não existe imoralidade nenhuma. O Conselho aprovou um parecer que foi assinado por mim, mas não foi feito por mim, foi feito e aprovado por todo o Conselho; isso e a opinião do Conselho – é bom que se diga – não foram levados em conta pelo Prefeito Marchezan. Ele apresentou o projeto, mas não deu tempo hábil para o Conselho analisá-lo e enviar um parecer; não teve respeito com o Conselho de Administração do Previmpa; assim como não teve quando, dando notícia ao jornal Zero Hora, se não me engano, alardeou um roubo no Instituto de Previdência, parecendo à população que existia alguma ingerência dentro do Previmpa. Quando esse Conselho se manifestou, foi censurado, não pôde sequer colocar no próprio *site* do Previmpa a manifestação do Conselho. Isso é, no mínimo, falta de respeito a um instituto que é nosso, que foi uma conquista dos servidores públicos e que precisa ser olhado com respeito pelo Prefeito. Então esse parecer é um parecer do Conselho, e, como já foi falado aqui, não aponta para aumento de alíquota. Vamos discutir, vamos chamar o Prefeito para discutir a questão da previdência como um todo. Tem várias questões para serem discutidas, como, por exemplo, a cobrança dos valores a título de compensação previdenciária e outras questões que nós podemos debater com o Prefeito para pensar na questão da previdência. Com certeza, não é esse aumento de alíquota. E mais: o direito previdenciário, Secretário, não é, como alguns querem fazer crer, benesse, dádiva; é direito! Não é custo, é investimento na vida do

servidor que trabalhou para garantir lá na ponta o serviço público. É direito e dever do Estado garantir a aposentadoria. Isso é muito importante no momento em que parece que serviço público e servidor estão descolados, como se fosse possível realizar serviço público sem servidor público. Às vezes, é isso. Muitas vezes, se diz que vão ser beneficiados... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Secretário Leonardo, como eu já havia presenciado a sua fala, no dia em que o senhor veio a esta Câmara expor a sua opinião e o cenário das finanças do Município, posso fazer uma discussão pautada pela – eu chamaria assim – frieza dos números. É claro que a sua racionalidade parte de uma ideia de sustentabilidade, mas depois de eu ter escutado o Sérgio, me caiu a ficha. Eu acho que o Sérgio fala e pensa muito sobre o tema, ele traz e consegue colocar com uma clareza e você começa a entender tudo. Ou seja, não dá para comparar uma coisa com a outra – como dizem os italianos, maçã com pêra, são duas frutas diferentes. Ou seja, no passado não era essa a ideia. Aliás, os Municípios, para quem conhece um pouco a história da nossa estrutura administrativa, eram vistos como entes que precisavam ser cuidados pelo Estado, tamanha a sua irresponsabilidade, falta de controle. Então os Estados controlavam os municípios, era como se fosse o irmão mais novo, o caçula que não tinha ainda maturidade para se autogerenciar. Isso está nas nossas constituições, é só estudar um pouco do Direito Constitucional Brasileiro.

E aqui é a mesma coisa! O servidor lá em 1950, 60, entrava para o serviço público, o Município não tinha essa preocupação e não reservou recursos para isso. E mais, como diz o Sérgio, investiu nas obras e nos serviços da Cidade. Então, por que o servidor, agora, precisa pagar com essa falta de previsão lá do passado? Então, não tem como comparar aquele sistema com o sistema de agora, que eu chamei aqui da frieza dos números, e dizer: “Bom, o que contribui hoje, não dá, não fecha”. Mas eram duas concepções diferentes. Não sei se consegui entender bem, e não quero entrar aqui no quanto temos da capacidade de endividamento, a comparação com os Estados, a comparação com o Governo Tarso, como se isso agora comprometesse aqui. A Ver.^a

Sofia talvez fale disso, eram outras questões, tinha um ponto de abatimento, tinha a progressividade. Não adianta dizer 14% assim; são 14% no Rio; são 14% aqui; o Tarso sustentou os 14% e por isso é 14%. Esse é o número chave. Então, quero dizer que para mim ficou muito claro - isso sem entrar nesse detalhamento, não tenho condições técnicas, não sou economista, não estudei a fundo. A sua fala tenta comparar um sistema que não se compara, porque era outra concepção até 2001. Seguidamente escutamos a questão do Montepio, que era para as pensões, mas não tem nenhuma relação com o regime, seja da repartição simples seja de capitalização. Então ficou claro. Infelizmente, em tempos de pós-verdade, como se diz, a palavra da moda, fica difícil desconstruir os argumentos. Então, esse argumento que o Secretário Busatto traz, realmente, fica difícil de mostrar o contraponto, porque ele se baseia justamente na frieza dos números que, no caso aqui, gera uma tremenda injustiça. Não será fácil conseguir, espero que os Vereadores chamados independentes ou mesmo os da base do Governo, raciocinar nesse sentido de justiça ou injustiça, ou no sentido estrito e frio da chamada sustentabilidade dos próprios números.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Tivemos duas intervenções de inscrições do plenário, então faremos a segunda intervenção dos Vereadores. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite a todos e a todas, quero cumprimentar, primeiro, os trabalhadores e trabalhadoras que vieram nesta noite, especialmente fria, até aqui a esta Audiência Pública; o Sérgio; o Adeldo, representando o Simpa; o Secretário Busatto; o Secretário Parode; Vereadores, Vereadoras, eu queria fazer três considerações rápidas em relação ao tema Previmpa.

Em primeiro lugar, a ideia que já foi bastante explicitada de maneira muito completa sobre os trabalhadores era de que a responsabilidade das aposentadorias no regime solidário, anterior a 2001, era dos servidores da ativa. Mas por outro lado, uma dívida do Município com os seus servidores. Isso é óbvio. E ficou aquele vácuo depois da Reforma da Previdência do Fernando Henrique, em 98; em 2001, a questão do regime de capitalização aqui no Município com o Previmpa. Essa dívida, portanto, é da Prefeitura enquanto Prefeitura, não só dos governos com os trabalhadores anteriores. E depois a

capitalização é um regime superavitário, o que já está bem claro pela fala dos trabalhadores.

Em segundo, a questão do Conselho de Administração, para mim, não é para menos, Luciane, porque a questão do Parecer é obrigatório para vir ao projeto. E tu, como Presidente, ainda bem que é um trabalhador concursado do quadro, que defende o direito dos trabalhadores e não do interesse dos bancos, da Gerdau e das grandes empresas. O Governo ignorou e mandou o projeto de lei para cá.

Terceiro, eu acho que dois erros nunca fazem um acerto. Existe um projeto ou uma tentativa nacional, é verdade, de repassar para as costas dos trabalhadores a irresponsabilidade dos governos e, ao mesmo tempo, confiscar parte dos salários. E quando eu fiz a correção ao Secretário, para nós, do PSOL, é muito importante, porque, quando fomos fundados, nós estávamos no poder, entre aspas, bastava ficar se quiséssemos, justamente numa reforma da previdência para manter a coerência e votar conforme os nossos princípios, na reforma de 2003. Isso não é para menos, porque se pode, sim, optar pelo caminho da coerência, quando se luta com princípio que é o princípio de defesa do direito dos trabalhadores. Esse discurso existe, de fato, nacionalmente. Agora, dois erros nunca fazem um acerto. Primeiro, que o modelo de pensões e de regime privado já levou vários fundos de pensão à falência, os trabalhadores ficaram sem ver os salários - como é o caso da Varig, que é parte de um debate nacional; ou basta pegar o caso do Chile, que é o que, obviamente, o Temer e esta política neoliberal querem fazer no Brasil. Os fundo de pensão foram utilizados para financiar as obras dos grandes conglomerados e dos grandes grupos capitalistas – se a gente pegar onde a Previ colocou dinheiro nos últimos anos, onde o Petros, etc. –, uma vinculação direta aos interesses das empreiteiras, os interesses dos grandes negócios brasileiros, fazendo especulação com o dinheiro da aposentadoria dos trabalhadores. Nós não estamos falando qualquer coisa. Em terceiro lugar, uma tentativa clara de confisco do salário. E eu acho que o João Ezequiel foi brilhante quando trouxe a agonia dos servidores municipais que não aguentam mais a política de terrorismo sistemática. É dia sim, dia também o Marchezan ameaça que vai parcelar o salário; dia sim, dia também diz que vai tirar a reposição da inflação; no outro, diz que vai aumentar o Previmpa; agora fizeram um *meme* na Internet, que é um desrespeito à categoria, dizendo: “Tira aqui a cara que eu quero aumento de salário”. Primeiro, querer aumento de salário não é crime

quando se trata de uma categoria de trabalhadores que luta, ao contrário, é necessário para não perder salário. O que é feito é aumentar salários de quem já ganha altos salários. Eu acho muito feio. Acho muito feio aumentar salário de Secretário. Mas dos trabalhadores não é, é um direito, enfim, mas o *meme* está lá. Depois entram na justiça com uma liminar no TJ para rever a decisão em primeiro grau que garantia a inflação. Perderam no Tribunal de Justiça de novo e, mesmo assim, eles dizem que não vão dar a inflação e que vão parcelar salário. Isso é fazer terrorismo! Quando a Justiça convém, vem o argumento de que menos de 3,75% não é confisco de salário, como falou o Secretário Busatto; quando não convém, ignoram as decisões judiciais, como é o caso que estamos vendo agora. Primeiro, para nós, é uma política de confisco do salário; 3% mais a inflação de 4% dá uma diferença de 7% no salário da categoria; é confisco, sim! Confisco para fazer caixa, confisco dentro de uma política perversa que é atacar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, uma política demagógica, porque diz que não tem dinheiro e dá uma dupla gratificação para alguns Secretários; diz que não tem dinheiro, que o endividamento está alto, e manda um projeto endividando o Município em R\$ 120 milhões para pagar as obras da Copa, como foi votado agora à tarde; e, ao mesmo tempo, não responde para financiar os serviços públicos, um colapso. Eu acho, Presidente, que nós precisamos fazer um amplo movimento, porque o Secretário trouxe exemplos do Rio, de Florianópolis, Santa Catarina e até do Estado do Rio Grande do Sul, e é verdade, mas também é verdade que Porto Alegre já foi a Capital da resistência em muitos temas. Também é verdade que a jornada de junho de 2003 começou aqui, também é verdade que nós derrotamos o Marchezan na primeira, quando ele não queria antecipar o IPTU; também é verdade que derrotamos o Marchezan na segunda, semana passada, quando esta Câmara não votou a retirada da reposição da inflação. Nós podemos, sim, ganhar, mas a gente só vai ganhar numa ampla mobilização e pedindo o apoio para a população de Porto Alegre, dizer que atacar vocês é atacar os servidores públicos, lotando a Câmara de Vereadores na quarta-feira, e pedindo aos Vereadores que mantenham a coerência da semana passada. Vamos exigir a retirada deste projeto de lei e nenhum ataque aos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo) : O Sr. Maércio de Almeida Flores Cruz está com a palavra.

O SR. MAÉRCIO DE ALMEIDA FLORES CRUZ: Sr. Presidente; colegas do Simpa; da Astec; representantes do Governo; Vereadoras e Vereadores presentes; colegas municipais presentes, eu venho falar em nome do SENGE, que tem, na sua base, engenheiros municipais e, em nome da categoria, quero reiterar aqui o pedido de respeito aos municipais por parte deste Governo. E respeito também às instituições instituições como o Previmpa, porque eu acredito que o Secretário da Fazenda sabe a diferença entre déficit atuarial e rombo; ele, por diversas vezes, na imprensa, insistiu que o Previmpa tem um rombo, e, na realidade, é um déficit atuarial comprovado pelo cálculo atuarial. Então, é aquela questão que repetir uma mentira por várias vezes pode torná-la verdade. (Palmas.) Essa técnica foi usada por passistas na 2ª Guerra, mas aqui não cola mais isso. Queria alertar para isso. Do ponto de vista do aumento da alíquota, uma Prefeitura, para prestar serviço para a cidade, precisa do servidor público; esse servidor público, que trabalhou por 35 anos ou mais, ao encerrar a sua carreira, tem direito à aposentadoria. E esses governos assumiram pagar essa aposentadoria; poderiam ter feito um fundo para esses servidores, como fizeram para os novos servidores através de um capitalizado. Não fizeram. Por quê? Porque entenderam que era melhor mensalmente pagar a aposentadoria, despendendo um valor menor mensalmente. Então, isso é um problema de fluxo de caixa, não é um problema do servidor ter que assumir um investimento da Prefeitura, que ela tem que honrar. Aquilo ali foi um investimento que ela fez e que agora ela tem que honrar. Então, não é nem uma dívida, é um investimento que ela tem que honrar, e agora ela quer transferir parte desse investimento para o próprio servidor. Então, Srs. Vereadores, vejam a incongruência que está sendo proposta, de o servidor tirar do próprio bolso para pagar a sua aposentadoria: esse servidor, que já trabalhou 35, 40 anos, agora, no final da sua carreira, vai ter que botar mais do seu salário, por outra ponta, estando congelado o seu vencimento. É um cerceamento dos seus vencimentos. Então não pode persistir. Esse projeto tem que ser retirado, e eu apelo para os senhores para que façam isso na quarta-feira. Não pode persistir esse projeto tramitando aqui. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado. O Sr. Jorge Luiz Eltz de Souza, do Sindicato Médico, está com a palavra.

O SR. JORGE LUIZ ELTZ DE SOUZA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A gente vive hoje, no Brasil, um momento de ataque aos trabalhadores. No Brasil inteiro, a política que se aplica é uma política neoliberal de atacar os trabalhadores. E o que nós estamos vivendo aqui em Porto Alegre é parte desse quadro que o Brasil enfrenta. É uma situação de atacar, mais uma vez, o direito dos trabalhadores. O Marchezan, desde que foi eleito, começou a apresentar uma situação de crise, que Porto Alegre está numa crise violenta e também levantou que o Previmpa tem déficit.

Na realidade, isso é a sua política, a sua estratégia para poder aplicar o corte no salário dos servidores – é este o objetivo. O Marchezan, antes mesmo de assumir, já quis interferir no Governo Fortunati impedindo que ele pagasse o 13º salário dos servidores. Ele não queria que os servidores recebessem o 13º salário, alegando que o Prefeito Fortunati não poderia antecipar o IPTU, política esta que é efetivada há 23 anos. E o Marchezan disse “não, não pode fazer isso.” Então, mesmo antes de assumir, o Marchezan já disse que ia atacar os trabalhadores, e, depois que assumiu, começou essa política de terrorismo. Hoje os trabalhadores do Município de Porto Alegre vivem num constante clima de tensão, pelo terrorismo criado por este Governo, ameaçando não fazer a reposição salarial, atrasar salários, desconto do Previmpa, enfim, é uma situação com a qual se convive no trabalho. Eu sou funcionário da Prefeitura e vejo a angustia dos meus colegas de trabalho, sabendo que não vão ter reposição salarial, sabendo que vão ter atraso salarial; no entanto, as suas contas não vão ter desconto, as suas contas têm que ser pagas em dia, senão vão ter que ser pagas com juros – essa é a situação.

E o Prefeito Marchezan foi eleito com discurso de gestão, que tinha que fazer uma gestão empresarial para resolver os problema da Prefeitura. Então, senhor Prefeito, aplique a sua política de gestão e resolva os problemas da Prefeitura, e não venha querer cortar o salário dos servidores, porque 3% é um confisco do salário dos servidores! A gente sabe muito bem que esse Regime de Repartição Simples não tem roubo, não tem déficit, é uma situação que foi criada pela Prefeitura no momento em que não criou um fundo para manter esse regime. É responsabilidade da Prefeitura! Não é responsabilidade do servidor. A Prefeitura é responsável por isso. E a gente sabe que o Regime Capitalizado não tem déficit, não tem problema. Então, temos que ver o que está por trás disso. Mesmo porque esses 3% de aumento da contribuição dos servidores não vai resolver em

nada o que a Prefeitura apresenta como déficit, como rombo, não resolve, é insignificante comparado ao que a Prefeitura reporta como sendo déficit. Então, para quê esse desconto? Por quê? Não vai mudar nada; 0,5%, o que vai mudar? Por que a Prefeitura quer cortar? Porque faz parte da política do PSDB, que sempre fez isso, desde o Governo Fernando Henrique, que é privatizar e arrochar salário. Esta é política que está sendo aplicada em Porto Alegre, a política do PSDB, privatizar e arrochar salário. E nós, servidores, não podemos aceitar isso, temos que lutar e enfrentar essa situação. Na semana passada, a gente conseguiu derrotar a tentativa do Governo Marchezan de aprovar, por lei, a não reposição da inflação. Esperamos que os Vereadores entendam a situação difícil que os servidores estão vivendo, esperamos que os Vereadores tenham sensibilidade de entender que esse aumento de contribuição é um confisco e que não vai resolver... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa noite aos presentes, eu vou tentar não usar todo o tempo, mesmo porque as audiências públicas, quando se alongam demais, são muito cansativas.

Eu fui muito contemplado com o que foi falado anteriormente aqui, mas gostaria de elencar alguns aspectos que devem ser considerados, principalmente no quesito moralidade. No momento em que há um discurso sendo colocado em prática e lançado nos veículos de comunicação de que uma situação calamitosa se instalou no Município de Porto Alegre, que há catástrofe nas finanças públicas e que devemos apertar o cinto, o que o cidadão espera encontrar? Uma gestão eficiente que tenha responsabilidade. Agora, desde janeiro, a Prefeitura tem tomado atitudes que simplesmente destroem, acabam com o serviço público e atacam os servidores. Nós não vimos nenhum tipo de movimentação, por parte da Administração Pública, de passar um pente-fino nas finanças e auditar os contratos que foram feitos no Município de Porto Alegre nos últimos anos, para tentar resgatar parte das verbas que foram pagas indevidamente. Ou seja, não há responsabilidade em auditar e desnudar as maracutaias que historicamente se impõem no Município. Eu cito dois exemplos que estão retumbando nos jornais: o DEP e a FASC. Não há responsabilidade da Prefeitura em acelerar os processos de triagem do desvio do

dinheiro público. O resgate desses recursos talvez contribuísse muito mais significativamente para os cofres públicos do que os R\$ 30 milhões anuais que o Secretário expôs que vai ter de arrecadação à Prefeitura caso seja aumentada a alíquota, ou seja, a Prefeitura, atual gestão, tem como prioridade fazer caixa com o salário dos seus servidores.

Nós tivemos uma audiência pública na CEDECONDH, a minha comissão permanente nesta Casa, presidida pelo Ver. Cassiá Carpes, e o Diretor do Previmpa foi categórico em afirmar que a Prefeitura precisa retardar, postergar e manter os servidores que já têm condições de solicitar a sua aposentadoria dentro dos quadros, porque isso vai diminuir o déficit orçamentário. Agora, esse tipo de ataque que tem sido imposto pelo Prefeito Nelson Marchezan Júnior, de arrochar, de ameaçar, de assediar o servidor, só tende a agravar ainda mais o quadro que ele mesmo vende como caótico, portanto não há bom senso, não há racionalidade nas ações desse senhor. Para mim, está muito claro, a prioridade que ele elencou para a sua gestão é o arrocho ao servidor, é o ataque ao serviço público, talvez numa lógica de, causando um esvaziamento no quadro dos servidores, poder abrir as portas para a terrível terceirização dos serviços, que não garante qualidade no serviço público prestado – não garante! –, muito pelo contrário, abre portas nocivas para mais corrupção. As empresas que terceirizam seus contratos nem sempre têm a atenção devida da fiscalização do Município, portanto, são uma porta ampla e vasta que permite a drenagem dos recursos públicos desta Cidade. (Palmas.) Precisamos, sim, valorizar o servidor de carreira; precisamos, sim, investir nos nossos servidores e servidoras; precisamos, sim, qualificar o serviço público. É isso que se espera de uma gestão eficiente: moralização no gasto, pente-fino em todas as contas, mesmo as já passadas, e, para frente, responsabilidade. Um grande abraço. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite a todos e a todas; aos componentes da Mesa, aos colegas Vereadores e funcionários. Quero acrescentar algumas reflexões. Fizemos uma plenária muito rica da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, e um dos dados que ali apareceu me parece muito interessante.

O Brasil é um dos países que tem o menor gasto do PIB em aposentadoria, Secretário Busatto, 7,5% do total, à frente apenas do Chile e do México. Portanto, o Brasil quer gastar menos, quer fazer reforma e não se enxerga em uma série histórica. Se formos olhar o Chile, que privatizou o regime de previdência em 1972, oito bancos assumiram a gerência desses regimes privados, e, em 28 anos, só 30% da população conseguiam pagar a sua previdência. Agora há pouco, mais de cem mil saíram às ruas pedindo uma ajuda, um básico para sobreviver. Esse é o destino de quem não investe em previdência. Quero inverter a discussão. Acho que esse debate, e já falei para o Secretário, não pode olhar a conta de pessoal como uma fonte de recursos ou como um problema, porque o primeiro sentido do Município é a prestação de serviços. Nós temos experiência, podemos falar, agora desses dias de chuva, o que significa um investimento em infraestrutura se você não mantém um serviço bem feito, se não limpar boca de lobo, se não manter a Cidade com um serviço caprichado. A terceirização já demonstrou que é um desastre, porque, quando não tem funcionário do quadro qualificado para planejar e fiscalizar, não tem um trabalho mais sério e mais consistente.

Segundo, a nossa política de previdência – o Ver. Prof. Alex Fraga já começou e quero aprofundar esse tema – está dividida, mas é importante lembrar que o grupo da Repartição Simples é um grupo fechado, ninguém mais vai entrar neste grupo da Repartição Simples. Desde 2001 é assim. Acabou, os que entraram estão nesse grupo. Então, nós estamos em uma transição. E é muito importante manter esse grupo motivado para que queiram ficar na ativa. Hoje de manhã, o Secretário Adriano disse quem na educação, até maio deste ano, houve mais aposentadorias do que no ano passado inteiro. E é resultado de imposição de rotina, de ameaça de parcelamento de salário, de desrespeito com o funcionalismo. O pessoal aqui está se referindo a *posts* do Prefeito Marchezan. Eu juro para vocês, eu não acreditei nisto! Eu falei: “É *fake*. Não pode, o Marchezan não botou isso”. Botar lá um bonequinho, Carús... Está no *site* dele, no Face: botou um bonequinho com uma máscara redonda com a escrita “Aumento já!”. Aí um outro bonequinho pergunta: “Tu sabes o que é economia?” Aí, no segundo desenho, ele tira do rosto a máscara, e está escrito: “Não entendo nada de economia”. Mas como é que pode olhar para funcionário e fazer um deboche desses?! O Prefeito da Cidade!! E mudar a rotina, enfim, e fazer agora... Aí é importante: nós estamos num contexto de arrocho salarial; se não recupera a inflação, o que faz é arrocho salarial. Num contexto de arrocho

salarial, quer confiscar um percentual de salário. Tudo isso é um desastre de política para o funcionalismo, empurra o funcionário para a aposentadoria nesse grupo, que é um grupo fechado, que é um grupo que pode ser muito bem valorizado, que tem qualidade, que pode responder aos serviços.

Na justificativa do projeto de lei, o Prefeito fala claramente: “Verifica-se que a elevação da alíquota para 14% [que é só para funcionário, não é para o Governo] gerará uma estimativa de redução em 30 milhões ao ano de aporte oriundos da PMPA”. Ou seja, é para poupar recursos da Prefeitura confiscando do funcionalismo. O Regime de Repartição Simples, que é o grupo fechado, que não está em crescimento, está claro, no parecer do Previmpa, que foi uma construção numa mudança de legislação e que, inclusive, veio para compensar outras situações, porque o funcionário público, quando termina sua carreira, não recebe Fundo de Garantia, portanto o Município tem que prover para aquele tempo que já encerrou. As providências foram tomadas; agora que a Prefeitura tenha capacidade de gestão e não penalize o funcionalismo! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do Sr. Laerte Campos de Oliveira, ex-Diretor-Geral do Previmpa, seja muito bem-vindo. O Sr. Jerri Heim, do Sindicâmara, está com a palavra.

O SR. JERRI HEIM: Boa noite a todos os presentes, Vereadores, Secretários, colegas que se encontram aqui, hoje nesta noite. Muito foi dito pelos que me antecederam aqui, explicaram muito bem as diferenças entre os dois regimes, acho que não tem muito o que se acrescentar sobre isso, apenas alguns detalhes. O fato de o Conselho do Previmpa não ter sido ouvido não é uma falta de consideração ou de gentileza, é um desrespeito à lei. A Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que trata do Previmpa e do Regime de Previdência, no seu art. 8º, inc. V, é bem clara quando diz: “Compete ao Conselho de Administração: V – examinar e emitir parecer sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município”. O projeto encaminhado pelo Prefeito não possui esse parecer do Conselho do Previmpa, não possui cálculo atuarial e tampouco argumentações que sejam efetivamente consistentes e técnicas para justificar o aumento da alíquota.

Eu gostaria que este projeto quando fosse examinado pelos Vereadores fosse examinado de forma técnica e não de forma política. Se ele for examinado de forma política, aí é simplesmente um confronto de forças e ideologias em que a verdade não vai vencer. A verdade só vai vencer se ele for analisado de forma técnica, e, ao ser analisado de forma técnica, ele não resiste aos argumentos mais básicos e à lógica mais primitiva que seja. E muito se citou aqui o termo confisco, que é a definição perfeita deste projeto. Eu gostaria de ler aqui uma parte do parecer dado pela Procuradoria desta Casa a respeito deste projeto. Diz o seguinte o Procurador da Casa: “Ressalvo, contudo, que, por força do disposto na Constituição da República [...] a alteração de alíquotas de contribuições previdenciárias de regimes próprios de previdência de servidores públicos exige prévio cálculo atuarial, apto para demonstrar a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial”. Caso não seja feito, isso caracteriza confisco. Então, quando se fala em confisco, não são só os servidores que estão usando esta palavra; o termo confisco está no próprio parecer emitido pela Procuradoria desta Casa, que deve nortear o parecer que a CCJ vai fazer. Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, autoridades, quero só fazer uma reflexão. Entendo que o Governo tenha urgência em aprovar medidas que vão representar um melhor fluxo de caixa para voltar a investir em serviços, obras e aquilo que a população espera, principalmente nas áreas mais reclamadas, mas eu também entendo que muito desse esforço depende daquilo que é desempenhado pelos servidores públicos municipais no dia a dia. Nós não vamos ter melhor fiscalização sobre os serviços terceirizados ou contratados, se a autoestima do servidor não corresponder a isso. Nós não vamos ter melhor aplicação de recursos e combate a desperdício nesses casos, se o servidor não estiver ali sabendo que recebe o seu salário em dia, sabendo que não teve que pagar a mais pela sua contribuição previdenciária, e obviamente que o servidor também acaba assumindo a sua quota de sacrifício para que a Cidade possa retomar a sua saúde financeira. É natural que isso aconteça. Os dois Secretários são servidores públicos estaduais e são sabedores disso. Eu sou filho de dois servidores públicos estaduais aposentados. Então acho que o primeiro ponto é esse. E o Governo

teve a sensibilidade, fruto do debate nesta Casa, de retirar o projeto, pode ser que retorne, não há uma definição ainda clara nesse sentido, que garantia o mínimo, que é a reposição pelas perdas da inflação. Isso é o mínimo, não é aumento; é reposição. E a lei de 2005 é clara nesse sentido.

Então eu acredito que agora outras tantas medidas estão sendo submetidas a esta Casa, estão sendo aprovadas, porque, pelo menos, a minha lógica, como Vereador independente, não é a lógica do quanto pior, melhor. Nós temos que saber aquilo que é importante para a Cidade, os problemas que devem ter resolução imediata e aqueles que podem ser substituídos por outras medidas. E eu, sinceramente, não acredito que o aumento da contribuição previdenciária deva vir, no afogadilho, quarta-feira para a Câmara votar. Sabem por quê? Se nós – e o meu voto será contrário, deixo isso bem claro! –, por alguma razão, se a Casa, no seu conjunto, aprovar, terá um efeito; se não aprovar, aí são os Vereadores que se acovardaram, que querem o pior para a Cidade, são os Vereadores que não compartilham com o Executivo as dificuldades da Cidade. Nós não podemos viver nesse ambiente bélico, pois quem perde é o cidadão, é o cidadão que hoje bateu lá na emergência do Hospital Presidente Vargas e não pôde ser atendido porque ela está operando acima da sua capacidade e não tem servidor público para poder dar conta da emergência operar naquilo que pode! É o cidadão que sai da Restinga morrendo e passa pelo Hospital Parque Belém, que está fechado, e ele vai até o Postão da Cruzeiro e está lotado! Esse é o cidadão que paga a conta! Então, eu acho que nós temos que ter uma lógica, que é a seguinte: tem problema financeiro? Tem! Não é culpa só do governo anterior? Não! É uma crise conjuntural? É. Muito diferente, com todo o respeito, dos exemplos que foram apresentados aqui, antes, que são estruturais e o Estado do Rio Grande do Sul vive. O Secretário Busatto, até bem pouco tempo, esteve à frente da Secretaria Estadual da Fazenda, num setor responsável que evidenciou ali, viveu aquela experiência. Então, eu acredito que existem outras tantas medidas. Como que um procurador municipal vai levar a efeito a execução fiscal daqueles que estão devendo para o Município, têm que pagar, e vão fortalecer o caixa para investimentos nas áreas essenciais? Como que um servidor público vai providenciar o que o próprio Governo está propondo aqui, protestar nos cartórios competentes a dívida ativa, se o servidor, na verdade, não está sendo nem chamado, nem o Conselho de Administração do Previmpa está sendo chamado para dar um parecer naquilo que é previsto por lei?

Isso foi lembrado aqui. Então, só deixo uma opinião para reflexão e acho que a independência nos permite sermos favoráveis no que é bom para a Cidade e, às vezes, sermos contrários não significa que seja uma posição ideológica contra um governo, mas são medidas que as circunstâncias exigem uma maior reflexão. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Rita Becco, servidora municipal, está com a palavra.

A SRA. RITA BECCO: Boa noite a todos e a todas, Srs. Vereadores, Mesa, demais colegas. Apesar de comunicadora, eu não tenho muita prática, tentarei, então, dar o meu recado de forma breve. A primeira coisa que eu tenho a dizer é que o regime próprio de previdência dos servidores municipais não é problema, ele é a solução. Ele é uma solução que foi defendida e que foi fruto de uma luta iniciada há tempos, no mínimo, 20 anos. E essa luta resultou na criação do nosso Previmpa. Então em hipótese alguma deve ser tratado como problema, porque não é, é uma defesa de direito conquistado com história. Bom, propor qualquer alteração na nossa previdência de forma unilateral, se não sádica, é uma maneira de mandar a conta de uma crise para os trabalhadores, para os servidores, e isso a gente não pode aceitar, e a gente não vai aceitar calado. E a gente conta com o apoio desta Casa.

Bom, além disso, é muito importante a gente lembrar da fala da colega Luciana, Presidente do Conselho de Administração, porque, se o Conselho, que tem uma certa independência, está sofrendo, não está sendo ouvido da forma que deveria, eu imagino que a vida dos meus colegas lá do Previmpa, técnicos, também não esteja sendo fácil, que eles também não estejam tendo a voz e o espaço necessários para se manifestarem da forma como poderiam, como deveriam. E diante disso, é preciso que a gente faça, sim, uma revisão desses cálculos, uma revisão, inclusive, com técnicos externos à estrutura administrativa da Prefeitura, porque, senão, Srs. Vereadores, senhores colegas, nós estaremos ouvindo um lado só da história. Esta Casa não pode ser conivente com uma única voz, quer seja a voz do Executivo. Ela tem ouvir vozes técnicas, como bem ressaltou um colega aqui da Câmara, mas vozes que sejam de fora e que, de maneira nenhuma, possam ser influenciadas por quem está no Governo e está de passagem. Previdência é futuro. Nós, como servidores, não éramos donos do nosso futuro, e nós

passamos a geri-lo no momento em que criamos o Previmpa, ali passamos a ter alguma gerência do nosso futuro, o futuro do meu filho, porque, se, amanhã ou depois, eu vier a falecer, é a pensão que vai garantir o futuro do meu filho, a faculdade dele. É esse tipo de responsabilidade que a gente conclama os Vereadores a ter e a caminhar do nosso lado. Não podemos votar no afogadilho, sem revisar esses cálculos de forma independente. Esses números não são a verdade absoluta e não podem ser tratados como tal. E é isso que venho aqui alertar e pedir: caminhem conosco. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ouvi aqui meus colegas municipais falando, e quero contestar algumas coisas. Primeiro, qualquer trabalhador que trabalha na iniciativa privada, que é o meu caso, contribui com 11% do seu salário, e o patrão contribui com a sua parte para a previdência. Vários colegas subiram aqui e falaram do problema das enchentes, do dique, problema de saúde. Hoje mesmo, aprovamos aqui nesta Casa o empréstimo, só que a Prefeitura, anualmente, faz um aporte de R\$ 275 milhões para o Previmpa, que está fadado à falência. Está fadado à falência, porque as pessoas estão se aposentando, vários aqui disseram que estão se aposentando. Todos os fundos de pensão do Brasil estão falindo, estão quebrando. E não é porque aplicaram, não é porque fizeram, mas porque mais gente se aposenta do que mais gente entra no serviço público. Aí querem que a gente tire o projeto. Primeiro lugar, eu quero dizer: nós não vamos retirar o projeto. Não vai ser como o projeto da semana passada, em que eu encaminhei aqui a retirada do projeto, independente do Governo, eu encaminhei aqui a retirado o projeto. Esse projeto nós não vamos retirar de votação. Agora, ouvi aqui algumas coisas, tipo, que a população de Porto Alegre tem que pagar essa conta. A população de Porto Alegre está pagando tantas contas. Hoje, enquanto as senhoras e os senhores estão aqui, centenas, milhares de pais estão à procura de saúde em Porto Alegre. Milhares de pais e mães estão à procura de saúde em Porto Alegre. E o nosso compromisso é com esses pais e mães que estão à procura de saúde em Porto Alegre. Hoje mesmo a Ver.^a Sofia me trouxe um grupo de mães que está à procura de escola infantil para os seus filhos. O nosso compromisso é

com esses pais e mães que estão à procura de escolas infantis para os seus filhos. Não é a população de Porto Alegre que tem que pagar nada. A população de Porto Alegre já paga impostos altíssimos! Não é a população de Porto Alegre que tem que pagar nada não. Não é a população de Porto Alegre, porque os fundos de pensão faliram no Brasil inteiro! A Previdência Social brasileira está falida! Vocês vivem num mundo à parte, à parte! Nós temos 198 mil pessoas desempregadas em Porto Alegre; 198 mil pessoas que saem diariamente para procurar emprego em Porto Alegre; 198 mil pessoas que não têm a garantia que as senhoras e os senhores têm. E eu não vi ninguém aqui se preocupar com os garis; eu não vejo aqui ninguém falar das pessoas que ganham um mil e poucos reais na Prefeitura de Porto Alegre, eu não vi. Eu só vejo falar em hora extra de quem ia só estudar; hora extra de quem recebia extra e não fazia hora extra; hora extra de quem fazia hora extra e não cumpria hora extra. Quem trabalha e faz hora extra está recebendo. Não, os CCs estão aqui dentro da Câmara de Vereadores recebendo de CC e trabalhando com a Prefeitura de Porto Alegre. E nós temos a lista aqui, cedidos, professores que eram para estar na sala de aula e estão aqui na Câmara de Vereadores trabalhando, esse é um exemplo. Sindicalista da iniciativa privada e, quando vai para o sindicato, quem paga o seu salário é o sindicato. Aqui, em Porto Alegre, quem paga o salário é o cidadão de Porto Alegre. Ou eu estou mentindo? (Manifestações nas galerias.) Eu estou mentindo? Eu estou mentindo? Eu estou mentindo? Eu estou mentindo? Eu estou mentindo? E quem é que paga o salário dos sindicalistas do Simpa? É a população de Porto Alegre, e agora vem aqui dizer que a população de Porto Alegre tem que pagar a previdência. Pelo amor de Deus, quem paga a previdência de um trabalhador é o próprio trabalhador, com o suor do seu trabalho, não fica mendigando que o povo de Porto Alegre, como o senhor fez, pague a sua aposentadoria. Vem pedir para esse povo pagar a aposentadoria, pelo amor de Deus! (Vaias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Alberto Moura Terres, Diretor-Geral do Simpa, está com a palavra.

O SR. ALBERTO MOURA TERRES: Primeiramente, boa noite ao Presidente da Câmara; boa noite, Vereadores e Vereadoras; boa noite aos colegas que estão aqui para defender os seus direitos. Lamento bastante a posição do Ver. Janta, sabendo que o Ver. Janta é

um representante sindical, sindicalista há muitos anos, Presidente da Força Sindical, mas que, neste momento, está sendo coerente com a sua fala, defendendo o projeto do PSDB. E o projeto do PSDB, todos nós sabemos para que veio neste País, Ver. Janta. (Palmas.) Eu tenho absoluta certeza que muitos dos seus representados nos sindicatos estão decepcionados com esse posicionamento, porque também são trabalhadores que buscam a defesa e a garantia dos seus direitos, a exemplo de todos nós que estamos aqui, dos 24 mil trabalhadores hoje da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, entre aposentados e ativos.

Eu havia preparado uma fala, mas eu vou fazer uma leitura de uma notícia, porque ela é fundamental. Não sei se o Ver. André Carús está na Casa ainda, é fundamental para que todos nós conheçamos um pouco daquilo que o Simpa vem dizendo há algum tempo, que a Prefeitura falta com a verdade desde que iniciou, em janeiro, quando diz que Porto Alegre está falida do ponto de vista orçamentário. Nós temos dito isso diretamente, e o próprio Prefeito disse, neste *post* que ele colocou, que nós, Sindicato, não entendemos de economia. Isso que ele colocou no seu último *post*, numa postura que a Cidade que elegeu o Prefeito, com certeza, não esperava. O Sindicato tem dito que a Prefeitura não está quebrada e entrou com uma ação na Justiça questionando o parcelamento de salário e também a ameaça do não pagamento. Nós recebemos uma liminar do Tribunal de Justiça dizendo que a Prefeitura não deve parcelar salário, e a Prefeitura recorreu dessa liminar que nós ganhamos contra o parcelamento.

Eu tenho uma notícia de agora, das 19h19min, da Rádio Guaíba, que vou ler (Lê.): “Tribunal de Justiça rejeita recurso e mantém liminar que impede o parcelamento de salários em Porto Alegre. Desembargador apontou que números indicados pela Prefeitura indicaram arrecadação até três vezes maior do que a projeção da folha. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou o recurso impetrado pela Prefeitura de Porto Alegre contestando a liminar [obtida pelo Simpa] que proíbe o parcelamento dos salários de servidores do município. A decisão é do desembargador Eduardo Uhlein, da 4ª Câmara Cível do TJ. O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) ingressou com mandado de segurança, ainda em 17 de maio, para impedir o Executivo de parcelar a folha. O Executivo recorreu alegando que ‘a situação atual é de desequilíbrio entre receitas e despesas e que inexistem prontas soluções para contornar o déficit financeiro.’ Além disso, a Prefeitura confirmou que deve quitar a folha de junho em duas parcelas. Na

argumentação, a Prefeitura ainda ressaltou que o pagamento em parcela única vai reverter ‘em prejuízo para toda a população’. [Agora o mais importante.] Já o desembargador alegou que o município não apresentou ‘demonstração convincente sobre a impossibilidade material de pagar a folha até o último dia útil de cada mês.’” Ou seja, isso é a palavra de um desembargador dizendo que a Prefeitura não apresentou nada convincente para dizer que Porto Alegre está quebrada.

Então é isso o que nós queremos dizer aqui. A Prefeitura – nós temos reafirmado isso –, Ver. Cassio Trogildo, não apresenta um dado convincente. Infelizmente, os dois colegas que batem no peito dizendo que são servidores públicos do Estado estão copiando o que foi feito no Governo do Estado: não pagar trabalhadores e desmerecer todos os funcionários públicos municipais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. José Reis, servidor da Câmara Municipal, está com a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS FERREIRA DOS REIS: Obrigado, Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Secretários; colegas municipais. Primeiro, eu quero fazer só um registro histórico, Secretário. Eu estou com a cópia da Lei nº 13.758, de 15 de julho de 2011, que foi a primeira lei aprovada no Governo Tarso sobre a questão da previdência. A alíquota era de 14%, nunca foi de 14,5%, e eu sei porque trabalhei no Conselho. Caiu porque tinha um redutor, porque aumentamos de 11% para 14% e fizemos com os salários, até o limite do regime geral de dez salários mínimos, tivessem um redutor para pagar uma alíquota menor do que 14%. Se o senhor quiser, eu deixo cópia da lei aqui. Foi isso o que foi derrubado; depois, em novembro, foi aprovada uma nova lei, e aí, sim, aumentou para 13,25% – nunca foi 14,5%, como o senhor afirmou duas vezes aqui. Por coincidência e por sorte, eu fui secretário de Administração e Diretor-Geral do Previmpa, Maércio, nos embates, então conheço bem essa história.

Quero lembrar muito – acho que se esquece isso quando se debate esse tema – que, até 1998, o servidor público não era obrigado a pagar previdência. Aqui, no Município, existiu uma alíquota para pagamentos de pensões de 4,75%, que, infelizmente, era administrada pelo malfadado Montepio – nós levamos muito tempo para derrotar o Montepio – que não

pagava as pensões de forma integral. Quando se fez alteração da lei, passando de 4,75% para 6,75%, o primeiro passo do Município foi passar a pagar as pensões integralmente. Depois, foi se escalonando. Nós levamos dois anos para chegar em 11%. Nós saímos de 4,75; 6,75; 9; 10; e 11%. Ou seja, eu, como municipal, e todos nós, desde 2001, essa diferença de 4,75% para 11% é a nossa contribuição sim para a cidade de Porto Alegre, principalmente no regime de caixa, quando se aumenta a alíquota se diminui a despesa de caixa do Município. Portanto, diminui despesa do Município, ou se quiser aumenta a receita. Toda a contribuição que nós fizemos desde 2001 até hoje é uma contribuição sim dos municipais para essa valorosa cidade de Porto Alegre, e isso não pode ser escondido. Se nós saímos de uma alíquota de 4,75% para 11% em dois anos, não vejo por que razão se queira sair de uma alíquota de 11% agora para 14% tão rapidamente, ainda mais levando em conta que se está pretendendo congelar o reajuste salarial. Minimamente, tem que haver uma negociação, porque, senão, como já foi dito aqui, isso é um confisco, um arrocho. Ou seja, não dá a inflação e ainda retira 3% da alíquota. Portanto, acho que a gente tem que ser... E por ter sido secretário e também diretor do Previmpa, é evidente que a gente sabe que tem essas condições. E eu me lembro de negociar, na época, com o Laércio, com o Rigotti, que representava a categoria, e tantos outros, e eram negociações duras. Aliás, foi referido aqui que a presidente do Conselho de Administração é municipal. Sempre foi municipal, presidente do Conselho de Administração do Previmpa sempre foi representante da categoria, nunca foi do Governo. E, aliás, os conselhos são paritários para que haja a negociação! Portanto, é evidente que o representante dos servidores vai defender os interesses dos servidores, e os dez indicados do Governo vão defender os interesses do Governo! É do jogo! Por isso o Conselho é paritário, senão o Governo teria a maioria! É óbvio! E não tem! Por quê? Porque participam de uma gestão de forma compartilhada e paritária.

Portanto, esse não é um demônio! O demônio é um governo que não quer negociar e que não sabe negociar. Esse é o problema! Um prefeito que vai fazer meme desrespeitando uma categoria que constrói esta Cidade há 242 anos! Essa que é a verdade. E, portanto, não se pode colocar nas costas de uma geração um período que, se desde a fundação desta Cidade não se pensou... E não é só Porto Alegre, o Estado, o Brasil, não se preocupou em fazer poupança para a Previdência, e não vai ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado. A Sra. Maria Teresa Peres de Souza, do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS, está com a palavra.

A SRA. MARIA TERESA PERES DE SOUZA: Boa noite a todos, cumprimento a Mesa, o plenário, os funcionários da Prefeitura, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Sou Presidente do Sindicato dos Arquitetos, fazemos parte da Frente de Sindicatos em Defesa dos Funcionários. Depois de tanta gente ter falado, eu gostaria de ressaltar só duas questões. Uma colocada pelo colega Bruno, que é sobre a responsabilidade do Município o pagamento das aposentadorias dos seus empregados, ao contrário do que, lamentavelmente, colocou o Ver. Janta, o que ofende os empregados de maneira profunda. Gostaria de ressaltar também a colocação do colega Jerri que pede a análise técnica por parte dos Vereadores e Vereadoras, tentando que não se leve em conta simplesmente uma análise política e de blocos a favor e contra, mas uma análise técnica que respeite os funcionários da Prefeitura e que respeite as contas que devem ser analisadas de maneira muito criteriosa. Não imputando aos funcionários da Prefeitura uma conta que não é deles, é uma conta que tem que ser paga por quem os contratou, e não da maneira como foi colocada em *powerpoint* no início, uma vez que os números marcaram a situação de obrigatoriedade de responsabilidade.

Então não vou me estender mais, acho que todos estão cansados, mas acho que é importante estar aqui, as pessoas que estão aqui até a essa hora esperam dos Vereadores de Porto Alegre uma análise imparcial e uma análise técnica dessa situação. Não é possível que as pessoas tenham os seus salários confiscados para pagar uma conta que não é sua. Obrigada. Boa noite a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Cícero Alvarez, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, está com a palavra.

O SR. CÍCERO ALVAREZ: Boa noite a todos, cumprimento o Presidente, a todos os Vereadores e Vereadoras aqui presentes; aos colegas servidores que estão nos cargos de Secretários do Município neste momento; a todos os colegas aqui presentes. Eu queria trazer um momento de reflexão na verdade, finalizar com isso.

Desde antes de ter acesso aos dados, desde antes de assumir a Prefeitura, este discurso de dívida incontável, incalculável e nunca dantes vista nos assombra, assombra o Município, assombra todas as pessoas que dependem do serviço dos servidores municipais. Isso não é bom. Isso não é bom principalmente de alguém que se diz gestor, de alguém que deveria, *a priori*, inspirar todos seus comandados, se é que se pode usar essa palavra, seus parceiros, seus colaboradores, seus servidores a trabalhar por um objetivo comum, que não pode ser um objetivo de Governo, ele tem que ser um objetivo de Estado, ele tem que ter uma visão de futura para esta Cidade, porque os governos passam, os prefeitos passam, o que eles deixam afeta a vida de todos.

O Ver. Janta se equivoca profundamente quando ele separa os servidores da população de Porto Alegre. Vereador, os servidores contribuem com o seu salário para muitos pequenos negócios. Se a gente pensar no Governo do Estado, em todo efeito do parcelamento, do atraso, do não reajuste, a quantidade de pessoas que dependem disso e que quebraram, porque ninguém mais consome aquele produto que aquelas pessoas vendem. O ICMS do Estado diminui, o mesmo vale para o ISSQN. Os serviços são prejudicados, a estrutura da Cidade é prejudicada. Não se espera isso de gestores. O que a gente espera é não só uma redução de gastos, mas uma redução sem discurso e com muito embasamento técnico, com muita precisão, com muita qualidade – o que a gente não está vendo aqui – e, acima de tudo, um aumento de receita. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos agora para o momento final da nossa Audiência Pública; são cinco minutos finais para as manifestações da Mesa. O Sr. Adolfo Rohr, representante do Simpa, está com a palavra.

O SR. ADELTO ROHR: Para finalizar, queria lembrar algumas coisas que se passaram de janeiro para cá. Primeiro, eu queria fazer um comentário em relação à primeira reunião que nós tivemos com o Governo. O Prefeito Marchezan, em janeiro, pediu para que o Simpa fosse o fiador da categoria municipal para que ele pudesse gerir a Cidade de forma tranquila. Nós dissemos a ele, naquela oportunidade, que só poderíamos ser fiadores em nome da categoria municipal, se ele se propusesse a dialogar conosco e não nos atacar, como ele fez desde logo que venceu o processo eleitoral, em dezembro.

Isso nós dissemos de forma clara. E quero dizer também que, em dezembro, o Governo anunciava parcelamento de salários e, a partir de fevereiro, ele garantiria somente o salário de janeiro. Os meses foram se passando e o parcelamento foi sendo adiado. Hoje, nós recebemos a confirmação do que nós vínhamos dizendo acerca da receita do Município de Porto Alegre. O Tribunal de Justiça confirmou o que nós vínhamos dizendo, hoje, saiu a confirmação. E, na última reunião que nos tivemos com o Prefeito, quando nós dissemos, em todas as reuniões, que nós tínhamos números diferentes dos números que a Prefeitura apresentava, o Prefeito bateu na mesa e pediu para que o Secretário da Fazenda abrisse sindicância para apurar responsabilidade e saber qual o servidor que estava passando os dados para o Simpa. Na última reunião de negociação, nós informamos aos Secretários quem era esse servidor. Esse servidor é o Portal da Transparência, e, por conta disso, a gente faz um apelo à Câmara de Vereadores que assuma a sua responsabilidade, que sempre teve, de dialogar com os municipais e fazer com que a Prefeitura, com que o Prefeito Marchezan faça a gestão da Cidade como ela deve ser. (Palmas.)

O SR. SÉRGIO BRUM: Rapidamente, dentro do tempo que ainda temos, queria dizer ao Ver. Cláudio Janta que acho que ele precisa se inteirar um pouco mais do regime jurídico dos servidores públicos, no passado e hoje, para que ele possa, então, formular uma opinião mais abalizada. Não há comparação entre a CLT e toda a exploração que existe no mercado de trabalho com o serviço público, onde, com legislação diferente, nós ainda temos um certo respeito em relação ao trabalhador. Deixar os Srs. Vereadores e os Srs. Secretários certos de que o Simpa, o Fórum Sindical e o Fórum de Entidades, incluídas aí todas as associações de municipais, estão diuturnamente acompanhando todo esse processo que se iniciou com a posse do Prefeito Marchezan ou com a sua eleição. Estão acompanhando muito de perto esse processo e irão buscar sempre, a exemplo do que o Simpa buscou, as medidas jurídicas cabíveis quando absurdos forem propostos pelo Prefeito. Nós não aceitamos pagar uma dívida que não é nossa. Nós temos certeza que os nossos Vereadores, inclusive aqueles que são sindicalistas, que têm uma responsabilidade maior, irão defender o nosso direito de não pagar uma dívida que não é nossa. Irão defender que o Prefeito tem alternativas e deve buscar soluções para aumentar a arrecadação. Existe muito dinheiro a ser buscado de devedores do Município,

e nós não estamos vendo nenhuma iniciativa realmente consistente para buscar essas verbas; nós não estamos vendo nenhum processo de regularização, que Porto Alegre anseia há anos, acontecendo por aí. Nós só estamos vendo uma vontade muito grande de quebrar o cabresto dos funcionários municipais. E um último recado ao Sr. Prefeito: alguém me disse hoje, eu não vi, portanto, não posso afirmar, que o Prefeito teria afirmado num discurso, ao meio-dia de hoje, que são as elites que decidem. Eu não creio nisso; eu creio que o povo decide, e o povo saberá julgar as suas ações. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Leonardo Maranhão Busatto, Secretário da Fazenda, está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. LEONARDO MARANHÃO BUSATTO: Tem várias questões aqui, mas só vou citar algumas muito importantes. Primeiro, para os servidores públicos municipais com quem eu tenho trabalhado, eu só tenho elogios a fazer, realmente são muito competentes, muito dedicados. Então não é nenhuma questão diretamente ligada aos servidores, eu não tenho nada a reclamar, afinal sou servidor, e, na Fazenda e em todos os órgãos em que temos trabalhado, eles são muito competentes. Então não é uma questão diretamente ao servidor nem ao sindicato, nada disso. Também reforçar que o Previmpa é extremamente bem gerido, os servidores que hoje estão na direção são servidores do quadro da Prefeitura. O Regime Capitalizado é muito bem investido, então não é uma questão do Previmpa ou dos servidores.

Eu poderia falar sobre várias questões, mas, antes de passar, vou dar uma notícia de 2011, sobre quando o Rio Grande do Sul aprovou o aumento da contribuição previdenciária dos servidores, proposto pelo então Governador Tarso Genro. A proposta foi aprovada por 31 dos 32 Deputados Estaduais da base de apoio, incluindo PT, PDT, PTB, PSB, PCdoB e PRB. Acho muito simbólico, foi um aumento de 11% para 14% na época. Então, quando argumentam que isso é um valor pequeno, eu vou só ler aqui: "Segundo o Chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, a mudança vai garantir uma arrecadação anual extra de R\$ 180 milhões, é pouco diante do déficit atual de R\$ 5 bilhões por ano, equivale à diferença entre os benefícios pagos e as contribuições dos servidores e à contrapartida do Estado, mas o projeto é importante para garantir o equilíbrio do sistema previdenciário estadual no longo prazo."

Como todos os partidos, talvez exceto o PSOL, estiveram no Governo nos últimos aumentos de alíquota, tenho certeza de que os Vereadores desses mesmos partidos – na época era o Secretário Odir Tonolier, a qual respeito muito, agora é o Secretário Giovani Feltes –, todos eles visam garantir a sustentabilidade do regime previdenciário no médio e longo prazo. A justificativa pode ser aplicar exatamente da mesma maneira. O impacto não vai resolver o problema. Não tem uma bala para resolver o problema, mas é uma medida que vai garantir a previdência dos próprios servidores. O Governo vai passar, e os servidores continuam. Esta medida visa exatamente ajudar a pagar essas aposentadorias no médio prazo.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. José Parode está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ALFREDO PEZZI PARODE: É uma pena termos pouco tempo. Ouvimos atentamente as manifestações, todas importantes. Quero dizer que sou servidor público com muita honra, depois de 45 anos de serviço público, hoje estou na Prefeitura, e infelizmente a gente acaba, de certa forma, ficando um tanto quanto constrangido porque estamos na condição de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, justamente na expectativa de poder contribuir com o Município de Porto Alegre, assim como se contribuiu, por muito tempo, no Governo do Estado.

A questão específica da previdência é uma matéria complexa, e não vai ser aqui nos dois minutos que nos restam... O que nos preocupa é a realidade, a que o Ver. Janta muito bem se referiu e o Prefeito Marchezan tem dito, aquilo que efetivamente vai fazer a diferença para o cidadão, especialmente os mais humildes – a Mariazinha e o seu José. Mas temos uma realidade em Porto Alegre, Srs. Vereadores, que foi inclusive tema da nossa última reunião em cima da pauta reivindicatória, que é a relação da despesa de pessoal com a receita corrente líquida. Pasmem os senhores, em 2005 estava a 46%; agora, em maio, está em 52%, quando o limite prudencial é de 51,3%. São dados oficiais, e faço um convite aos senhores que examinem a proposta do PPA que está em apreciação nesta Casa. Como foi dito aqui, nos últimos cinco anos, de 2012 para cá, houve um déficit – e não é estimativa, não é fluxo de caixa – na ordem de R\$ 1,8 bilhão, dados oficiais em cima do balanço e em relação a recurso do Tesouro. O recurso do

Tesouro tem 64% do seu custo total de despesa de pessoal, cresceu 1,14% ao longo de 2012 até 2016; e a despesa de pessoal cresceu 6,8%, em valores atualizados. Então, no mínimo, isso representa um problema que precisamos, sim, achar uma saída conjunta. Não existem vencedores e nem perdedores, o problema é de todos nós, servidores, Vereadores e a sociedade no seu conjunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço as presenças do Sr. Adolto Rohr, representante do Simpa; do Sr. Sérgio Brum, representante da Astec; do Sr. Leonardo Busatto, Secretário da Fazenda; do Sr. José Alfredo Parode, Secretário do Planejamento e Gestão; das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores; de todos que nos acompanharam nesta noite, fazendo o uso da palavra ou não. Estão encerrados os trabalhos da presente Audiência Pública.

(Encerra-se a reunião às 21h32min.)